

007.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018-  
CD 23:32

Publ.: DCD - 2/20/2018 - ORLANDO SILVA-PCDOB -SP  
255

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

### *Sumário*

Posicionamento do PCdoB contrário ao decreto presidencial sobre a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - O Plenário pode ficar tranquilo, porque eu vou usar o tempo necessário para fundamentar a posição do PCdoB.

Inclusive, vou protocolar junto à Mesa uma declaração de voto em que nós consolidamos a opinião da nossa bancada.

Considero, Presidente, que na noite de hoje, se a Câmara dos Deputados aderir à aventura proposta pelo Governo, ela pode se apequenar. A violência é um fenômeno nacional, não é um problema localizado na cidade do Rio de Janeiro, é um problema que atinge o Brasil de norte a sul.

Se nós formos observar os dados, os números, o Rio de Janeiro, no que diz respeito a homicídios, por exemplo, está em décimo lugar; em latrocínio, em 23º lugar.

É um fenômeno nacional a violência. No Brasil, companheiros e companheiras, colegas Deputados e Deputadas, existe uma tragédia, são mais de 50 mil pessoas assassinadas por ano, mortas de modo violenta, para não falar dos mortos no trânsito. No Brasil, o número de mortes é equivalente ao de todas as guerras em curso no mundo hoje.

Eu chamo a atenção para esses números por um motivo muito simples: a votação em questão trata-se de um tema que a Câmara deve enfrentar. O Presidente Rodrigo Maia poderia liderar esta Casa debatendo uma agenda com começo, meio e fim, com medidas estruturantes, para que a população brasileira possa de fato ter resgatado o seu direito à paz, o seu direito à segurança - insisto, um

direito constitucional.

Nossa bancada entende que essa é uma medida que maquia a realidade, é uma medida política, eleitoreira e que não vai no âmago das questões que produzem um ambiente de violência no Rio e no Brasil inteiro.

Eu concluo apenas lamentando o constrangimento por que passam as Forças Armadas neste momento, que são uma das principais instituições do nosso País. As Forças Armadas têm o papel constitucional bem estabelecido de defender a soberania do Brasil, um papel chave na defesa nacional e não lhes cabe o papel de polícia. As Forças Armadas não podem ser manipuladas politicamente.

Por isso, lamento que essa medida se some a uma escalada de violência, a uma escalada autoritária que o Brasil vive, inclusive podendo projetar riscos à democracia brasileira.

A posição do PCdoB é contrária a esse decreto. Peço que fique registrado nos Anais da Casa o voto que manifestamos aqui protestando porque não aprofundamos o debate, não discutimos medidas estruturantes e acatamos - aderimos acriticamente - a proposta do Governo, assinando um cheque em branco, porque os Deputados que votam neste momento não sabem qual é o contingente que vai entrar em ação, quanto custa a operação e quais são os objetivos.

O Presidente Rodrigo Maia disse que essa medida é um salto triplo sem rede. Eu acrescentaria: é um salto triplo sem rede e no escuro, sem saber o que vai ser produzido em nosso País.

O PCdoB vota "não".